

NASSAU NUMA PERSPECTIVA BRASILEIRA: SEU IMPERIALISMO CONFRONTADO COM O DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS

Gilberto Freyre
Sociólogo-antropólogo

O escritor Euclides da Cunha — sempre tão brasileiro no seu modo de considerar assuntos, para ele, de interesse histórico, além de sociológico — defrontou-se, como era inevitável que se defrontasse, com a figura do Jesuíta José de Anchieta, de tão notável atuação nos heróicos começos do Brasil. E chegou à conclusão de que esse Jesuíta extraordinário, tão a serviço da sua Companhia, pela atuação benéfica que pessoalmente desenvolveu no Brasil, reconciliava ele, Euclides da Cunha, com a também por ele mal vista Companhia de Jesus. Evidentemente teria motivos para ser solidário com as muitas críticas desfavoráveis ao passado e à orientação da mesma Companhia: à sua própria presença específica na história brasileira.

Sinto-me um tanto na situação de Euclides da Cunha diante da figura de um João Maurício de Nassau, aparentemente tão a serviço da Companhia Holandesa das Índias mas, na realidade, paradoxalmente talvez mais benéfico ao Brasil que aquela poderosa companhia de mercadores. O Conde João Maurício de Nassau como que reconcilia brasileiros com um domínio holandês no Brasil acerca do qual, de uma perspectiva brasileira, o julgamento vem sendo sociologicamente desfavorável pelo que representou de empenho imperialmente comercial — exploração econômica, portanto — por aquela Companhia, acrescentando objetivos intolerantemente Protestantes da parte dos Calvinistas holandeses: intolerante de gentes de cor e de suas

culturas. Gentes que seriam fatalmente inferiores para esse tipo de Cristianismo talvez mais do Velho do que do Novo Testamento.

A figura, a personalidade, a atuação no Brasil do Conde Maurício de Nassau, tendo sido, formalmente, a de um agente da Companhia das Índias e a de um protetor do Calvinismo e dos seus objetivos intolerantemente anti-Católicos, antilatinos, anti-gentes não-européias como potencialmente iguais, das do Norte da Europa, foi, na realidade, uma negação desses característicos e desses propósitos. E por essa sua atitude, tão brilhantemente manifestada nos seus atos de homem de governo, projetou sobre o domínio holandês uma imagem pouco de acordo com a projetada oficialmente pela Companhia das Índias através dos homens de negócios e ortodoxos Calvinistas seus dirigentes. Dirigentes para os quais o Brasil era quase exclusivamente o açúcar. O que o açúcar lhes pudesse render sob a forma de lucros. Para o que, era necessário que a população, já brasileira, de origem portuguesa ou mista de português e de ameríndio e de fé predominantemente Católica, fosse considerada uma população a ser oprimida, sufocada, desprestigiada, passando-se a educar a gente ameríndia para se tornar serva da Calvinista e ela própria sub-Calvinista.

Em desacordo com essa orientação, tanto quanto ao aspecto da pura exploração econômica quanto ao da intolerância Calvinista, é que Nassau agiria no Brasil de forma surpreendente, constituindo-se numa espécie de Príncipe como que empenhado em desenvolver no trópico brasileiro um verdadeiro principado, em dotar esse principado de altos valores de civilização européia não apenas nórdica porém com alguma coisa de latina; de promover estudos da natureza e das gentes encontradas no Brasil tropical, segundo os melhores saberes antropológicos da época, inclusive o médico; em fazer fixar em desenhos e pinturas, paisagens, tipos de habitação, tipos humanos característicos da região ocupada por holandeses com o auxílio de outros europeus do Norte e do Centro da Europa.

Como não era utópico nos seus projetos de europeização do trópico brasileiro, empenhou-se quer no estudo desse trópico para fins, por um lado, de sua valorização local, quer por outro lado, da revelação científica e pela arte, à Europa mais culta da época, do que, no Brasil, era, além de natureza cheia de encantos exóticos e de possibilidades em termos ainda para ser analisados científica e culturalmente, uma população também a ser interpretada nesses termos. Nassau deu a esse estudo e a esse emprego huma-

nístico de pintura holandesa, uma sistemática, uma unidade de método, uma constância de esforço que resultaram num conjunto extraordinariamente valioso de informação científica e de revelação artística em torno de valores em grande parte ignorados. Informação sobre gentes, sobre animais, sobre plantas, sobre usos, de populações quer indígenas quer européias já aclimadas a esta parte da América, sobre alimentos de umas e de outras, sobre doenças, sobre tipos de habitação, sobre formas de trabalho, pesca, caça, plantio de cana, fabrico de açúcar. Ao que se juntou a valiosíssima atividade de cartógrafos holandeses, já famosos pela sua competência numa atividade científica a que alguns juntavam primores de arte. Que o digam os originais dos numerosos mapas sobre o Brasil do século XVII que podem ser vistos na Mapoteca da Biblioteca de Viena da Áustria, que tive há pouco o gosto de examinar, tendo tido a rara ventura de, com o auxílio técnico de especialistas austríacos em cartografia, identificar sete mapas nunca, até a época dessa identificação, publicados; e dos quais me foi permitido trazer microfilmes para o Brasil. Existem, agora, cópias no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife, nunca sendo demais que, de minha parte, agradeça a quantos facilitaram a descoberta, do ponto de vista brasileiro, que pude efetuar. Para começar, meus agradecimentos ao Professor José Antônio Gonsalves de Mello, também do Recife, que é decerto, como autor do livro, já clássico, *Tempo dos Flamengos*, por mim — então mais conhecido que o, naqueles dias, muito jovem flamengófilo — prefaciado, com o orgulho de ter induzido jovem tão promissor a especializar-se no estudo do Brasil holandês. Seria, depois, Gonsalves de Mello, autor de numerosos estudos complementares de tão valioso trabalho, vindo a impor-se como a maior autoridade brasileira no assunto, mais conhecedor, como é, do que muito holandês, da língua holandesa do século XVII. A seguir, agradecimentos à Embaixada do Brasil em Viena: à sua excelente adida cultural e à sua gentil auxiliar. E também ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e meu bom amigo Azeredo da Silveira. E ainda, às autoridades da Biblioteca de Viena, que tanto facilitaram, em 1976, a busca brasileira de mapas inéditos na sua magnífica Mapoteca. Os quais, pelo cálculo do Professor Gonsalves de Mello, seriam dois e resultaram sete.

A menção do Instituto de Pesquisas Sociais do Recife — instituição federal a que foi dado o nome do notável homem público e escritor brasileiro do século XIX, Joaquim Nabuco — impõe-se. Torna-se oportuno mencionar o fato de que esse eminente brasileiro, tornado patrono de um centro

de estudos que, sob certos aspectos, lhe continua a obra, destacou-se pela admiração que sempre votou à figura do Conde Maurício de Nassau em homenagem a quem deu ao seu primogênito, o depois Embaixador Maurício Nabuco, o nome do insigne Governador, por oito fecundos anos, do Brasil holandês.

Para Joaquim Nabuco, a atuação, no Brasil, de Nassau, como Governador do Brasil holandês — Brasil cuja sede foi o Recife, capital de Pernambuco e onde, por iniciativa sua, teve começo nesta vasta parte da América um tipo de governo representativo — explicaria ter se desenvolvido, nesta província brasileira, no século XVII, um ânimo político que caracterizaria para sempre o brasileiro de Pernambuco: uma espécie de ânimo político nassauviano. Político, administrativo, intelectual, artístico. Um pendor para arrojados pioneiros nesses vários setores. O próprio Joaquim Nabuco teria sido exemplo desse ânimo, através, quer de sua ação política nos dias de Dom Pedro II, Imperador do Brasil, — principalmente, Nabuco, como abolicionista ou reformador social — quer através de sua obra intelectual de escritor notável, quer pelo estilo admirável dos seus ensaios, quer, ainda, pelo seu modo novo de ser intérprete da sociedade e do passado brasileiros. O nassauviano sempre paradoxalmente presente no, aliás, lusófilo, nunca seduzido, desde quando historiador, pelas críticas extremadas ao modo por que Portugal colonizara o Brasil. ¹

O que não parece ter jamais deixado de ser foi um nassauviano tal que poderia, talvez admitir — vá a conjectura — um principado da criação, no Brasil, de Nassau, à revelia da Companhia das Índias e da religião de Calvino; e com o apoio até de, no século XVII, já quase brasileiros da fé Católica: daqueles estimados pelo próprio Nassau como estimado por ele parece ter sido um tipo antes aristocrático que burguês de luso-brasileiro: tipo que, é possível, contrastava, aos seus olhos, com o norte-europeu de todo mercantil e de todo anti-Católico. Pois o confronto não teria escapado a observador tão arguto como ele. Nem tão arguto nem tão descomprometido, no setor prático, com objetivos como os da Companhia e, no setor ideal, com os ideais, a ética, a moral mais estreitamente Calvinista.

Pode-se considerar Joaquim Nabuco um nassauviano a considerar-se marcado, nas suas idéias e nos seus sentimentos, pelo culto a um Nassau que, como Governador do Brasil holandês o impressionara pelo que realizara na parte do Brasil sob seu governo. Pelo que — pode-se especificar em termos

modernos — realizara com relação a artes e a ciências. Pelo Observatório Astronômico que levantara. Pelo Jardim Botânico e Zoológico que fundara. Pelo plano urbanístico que fizera traçar do Recife. Pela obra científica de Piso e Marcgraf. Pelo livro de crônica histórica que fizera Barleji ou Barleus escrever. E também pelo seu espírito superiormente liberal. Pela sua tolerância no setor religioso a envolver, talvez, uma apreciação estética daqueles ritos Católicos tão das procissões que coloriam as ruas de Olinda e do Recife e que o Calvinismo holandês, tendo proibido, Nassau liberara. Além do que tocara decerto Nabuco, de modo especial, o fato de ter se iniciado no Brasil nassauviano um governo representativo, parlamentar, no Brasil.

Pode-se, assim, conjecturar que a Joaquim Nabuco, entusiasta de Nassau, animasse não uma "nostalgia holandesa" do tipo a que José Veríssimo, crítico brasileiro dos maiores que o Brasil tem tido, opôs o exemplo de Java, animasse uma espécie de nostalgia nassauviana. E esta nostalgia com este possível prolongamento: por que Nassau, ao romper com a Companhia das Índias, não procurou permanecer no Brasil, consolidando aqui um principado independente, nem mais colônia de Portugal, nem domínio de holandeses, porém criação nassauviana assimiladora de valores luso-Católicos e valorizadora de uma nova forma de integração européia na América tropical em que a natureza, o próprio Índio, fossem a base de uma nova concepção nacional?

Nostalgia nassauviana. Houve no Brasil essa espécie de nostalgia. Nostalgia não de um domínio nórdico-Protestante, opressor do que, na religião Católica, tanto significava para brasileiros em potencial do século XVII. Nostalgia de Nassau: de alemão holandêsizado no melhor sentido de holandêsização que é o representado pelos Estados Gerais; por ideais de representação política, de liberdade pessoal, de tolerância social; e não pelo estreito comercialismo da Companhia das Índias; ou pelo estreito sectarismo religioso dos Calvinistas mais ortodoxos.

Registrou em livro notável, essa espécie de nostalgia quando ainda em começo esse outro brasileiro de Pernambuco, como Nabuco, tocado de admiração pela extraordinária figura de Maurício de Nassau, que foi Oliveira Lima: o maior dos historiadores brasileiros. O mais sociológico. O de visão mais ampla. O de sensibilidade mais complementar do senso crítico.

Páginas hoje clássicas do livro *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*,² são aquelas em que Oliveira Lima registra as despedidas do Bra-

sil daquele norte-europeu a quem chama Príncipe. Magotes de, segundo o historiador objetivo, os "habitantes" — na verdade já brasileiros em potencial — a despedirem-se de Nassau "com tanta ternura que lhe acudiam lágrimas aos olhos": testemunho da época. Gente para a qual o Conde Maurício de Nassau fora "na paz o antagonista de toda tirania, a garantia viva da equidade e da clemência".³ Tais "demonstrações dos vencidos" teriam aumentado em Nassau o que Oliveira Lima registra como tendo sido, em boa e intraduzível palavra da língua portuguesa do Brasil, a sua "saudade" do Brasil. Uma saudade que o acompanharia na Europa onde viria a viver, em Haia, em palacete feito com madeiras do Brasil, e com salas "decoradas com as reproduções dos mais vistosos pássaros brasileiros" e "onde ele, logo depois de instalado, deu uma festa em que onze índios que o acompanharam divertiram os convidados com suas danças". Além do que, se fizera acompanhar, como é sabido, de "quadros e desenhos brasileiros". E, através dos altos postos que ainda ocupou, seria sempre conhecido como "Maurício, o Brasileiro".

Destaca Oliveira Lima a desolação do chamado Brasil holandês logo que lhe faltou Nassau. Desolação tal que chegou a extremos de fome e sede entre sitiados com os sitiantes já animados "pelo amor pátrio": "o amor pátrio" que Nassau não ferira tanto soubera compreendê-lo. Sitiado o Recife, chamado "Cidade Maurícia", informa um contemporâneo francês do acontecimento, Moreau, que ruas inteiras de casas foram demolidas pelos defensores da cidade contra os restauradores; e destruído o precioso parque que Nassau, entusiasta da natureza tropical, aí fundara: "beaux et curieux arbres de bois de brésil, palmiers, d'ebenne, de cedre, bois blanc comme neige, bois de violettes, et marbré, et autres de senteurs qui embellissaient les spacieuses et longues allées à perte de vue". Árvores brasileiras. Árvores africanas. Árvores asiáticas. Uma rara e esplendorosa reunião de todos os trópicos.⁴

De que modo se defronta hoje, com a figura do Conde Maurício de Nassau considerado no seu relacionamento com o Brasil, a erudição histórica europeia, através de expressões sociológicas mais modernas? Destaque-se como representante desse tipo de erudição e de sua forma sociológica de interpretação histórica — a coletivamente biográfica — Ernst Samhaber, autor de *Sudamerika*: em tradução em língua espanhola, *Sulamerica, Biografia de um Continente*.⁵ Para o autor desse estudo, que se apresenta com a vantagem de ser ao mesmo tempo sociologicamente panorâmico e historicamente biográfico — biografia coletiva — na sua maneira de considerar a América do

Sul, Nassau teria sido, dentro desse vasto contexto, "estadista de primeira ordem". Além do que, pouco ou nada preocupado com "o negócio mercantil". Pouco ou nada burguês, especifique-se.

Na verdade — comente-se Samhaber — o seu governo do Brasil holandês pode-se dizer que deu início a uma obra colonizadora de novo tipo.

Buscando "a fusão de uma nova presença holandesa no trópico com a antiga população portuguesa da região" — palavras de Samhaber — o afã de Nassau teria sido — acrescente-se à sugestão de Samhaber — realizar obra que, em modernos termos sociológicos, poderia ser denominada de Engenharia Social desenvolvida de Física — os "suntuosos edifícios" e os "magníficos jardins" destacados pelo historiador alemão. A Engenharia Social teria sido a busca daquela fusão — observada por Samhaber — num estilo conciliador de contrários nada característico de imperialismos intransigentes na sua maneira de procurarem ser dominadores. Nem sequer quando os europeus fundadores de impérios naqueles dias foram um Clive ou um Dupleix. Exatamente os dois exemplos de fundadores de impérios citados por Samhaber quando lembra que a Holanda, a França e a Inglaterra, afastando-se, em sistemática colonizadora, da de "prepotência do Estado", recorreram "a sociedades privadas" como as "Companhias das Índias Orientais e Ocidentais".⁶ Mas "sociedades privadas" não menos prepotentes que o Estado. Ou — poderia Samhaber ter observado — que a Igreja quando, nos mesmos dias, pretendeu ser teocraticamente colonizadora e imperialista.

Daf, em face dos próprios estudos de historiadores europeus, como Samhaber, sobre imperialismos nos trópicos e noutras partes do mundo, concluir-se que Nassau, no Brasil, foi surpreendentemente e até genialmente original, criativo e inovador no seu modo de lançar bases, através do imperialismo europeu, de novas formas de sociedades em regiões não-européias. O Nordeste do Brasil teria sido para ele vasto laboratório para experimentos, neste particular, de — repita-se — Engenharia Física acrescentada de Engenharia Humana e de Engenharia Social. Com ciências, artes, letras a serviço desses experimentos de um modo nunca antes tentado com tanto humanismo científico.

Quando Samhaber — à base de cujas sugestões, desenvolve-se aqui uma porventura nova interpretação das atividades de Nassau no Brasil que, representando uma perspectiva brasileira, coincide com pronunciamentos de

historiadores europeus em torno do que nessas atividades foi original: destoante dos imperialismos convencionais — recorda de Nassau ter, no Brasil, se esmerado em conceder aos brasileiros em potencial — chamemo-los assim — além de liberdade de consciência, “ampla autonomia”, junto com a restituição de terras aos seus senhores é a dispensa de impostos, e observa terem essas medidas de estadista, valiosas do ponto de vista brasileiro, importado em violenta oposição aos interesses da Companhia (holandesa) das Índias, caracteriza em Nassau uma quase negação de colonialista do tipo imperialista: uma quase negação do imperialista do tipo negociante; uma quase negação do direito do burguês europeu ser, em terras não-européias, um explorador de não-burgueses. Por conseguinte, um paradoxo difícil de sobreviver. Nassau teria sido um aliado mais de não-europeus radicados às suas terras do que de burgueses europeus empenhados em derivar altos lucros da exploração dessas terras e dos seus moradores, quer senhoris, quer servis ou selvagens. De onde poder dizer-se da presença, por oito anos, de Nassau, no Brasil, que foi quase uma comédia chapliniana da qual ele teria sido autor e personagem.

Quando se sugere que Nassau realizou no Brasil obra de engenheiro tróico — Físico, Humano, Social — é à base do que na sua atuação no Brasil foi uma série de atos de quem, antes aristocrata que burguês, se considerasse livre para experimentos construtivos à revelia de compromissos com uma Companhia, como a das Índias, essencialmente burguesa no seu modo de ser capitalista e essencialmente capitalista no seu modo de ser imperialista. Livre para atuar a favor de uma população já prenacional, considerada nos seus elementos aristocraticamente senhoris; e pela sua condição de ser Católica nas suas crenças e essas crenças representarem, quer para senhores, quer para outras gentes da mesma população — inclusive índios convertidos ao Catolicismo e mesmo africanos e mestiços — uma espécie de apoio a sentimentos próximos de uma futura consciência nacional. Exatamente o que sucedeu. Exatamente o que explica ter Nassau carismaticamente seduzido todos os elementos dessa população não-européia que, por sua vez, junto com a paisagem tropicalmente brasileira, o seduzira. Pois não há exagero em dizer-se que, no seu caso, o conquistador foi de tal modo um conquistado pelos súditos, que passou a protegê-los, a valorizá-los, quase a concorrer para a sua futura emergência em nação independente. O que talvez tenha constituído um caso único, de tão singular, na complexa história de relações de europeus com não-europeus.

Lendo-se livros como o de F. C. J. Hearn *Sea Power and Empire* ⁷ e *The Ocean in English History*, de J. A. Williamson ⁸ — da década 40 em di-

ante o assunto "imperialismo" tornou-se mais demagógico que sociológico, salvo exceções magníficas como *Asia and Western Dominance*⁹ do indiano K.M. Panikkar e *The British in Asia*¹⁰ de Guy Wint — vê-se que as primeiras análises do Império britânico e de impérios seus rivais ou seus contemporâneos como expressões de um processo imperialista com aspectos positivos ao lado dos execravelmente negativos, tendem a atribuir à fase moderna — isto é, a partir do século XV, do mesmo processo — motivações em grande parte mercantis. Dentro dessa caracterização — que é uma caracterização sociológica e não pejorativa — o imperialismo holandês, representado quase que só por mercantilmente bem organizadas e eficientes companhias privadas, parece ter se salientado como promotor de interesses mercantis de caráter acentuadamente capitalista-burguês. Tal promoção não terá faltado aos demais imperialismos seus contemporâneos. Mas de modo, ao que parece, menos exclusivo: animada, essa promoção imperialista, por outras motivações além daquelas religiosas que, sob o aspecto de um Calvinismo, talvez mais valorizador da competição capitalista que outros Protestantismos, foi aliado tão ostensivo do imperialismo holandês com relação ao Brasil. O que, se for exato, acentua o que houve até de quixotesco no já destacado não-mercantilismo que caracterizou a maneira por que Nassau comportou-se no Brasil. Não que ele, pessoalmente, desdenhasse de todo de lucros e de negócios: sabe-se que não foi o caso. Mas o certo é que parece ter se descuidado deles no governo do Brasil holandês — espécie de antecipação do futuro "welfare state" — tal a sua preocupação de comportar-se como príncipe; de exercer, como governador, um poder político contraditório dos interesses só mercantis da Companhia que o incumbira de a representar e não de exercer de maneira tão quixotescamente favorável ao Brasil aquele poder político. E, assim quixotesco, deixando a Companhia na situação de um Sancho impotente no seu realismo.

Destaque-se que se houve europeu que, em posição de governo imperial no trópico, antecipou-se em compreender a importância de uma abordagem que hoje denominaríamos ecológica, esse homem foi o meio quixotesco Nassau e a expressão do seu pioneirismo quixotesco sua atuação como governador do Brasil holandês. Geógrafos ao mesmo tempo que ecólogos como os ingleses S. W. Wooldridge e W. G. West definem essa abordagem mais que geográfica — a que se denomine ecológica — como sendo física e, sobre esse fundamento, social. Foi o que se fez no Brasil nassauviano no século XVII através — acentue-se sob novo aspecto — de métodos cartográficos, pesquisas antropológicas, estudos médicos, planejamento urbanístico do

Recife, associando-se, desde então, estudos sociais e até humanísticos — a própria literatura ou historiografia de Barleus, as pinturas e desenhos de Franz Post, Ekhout, Wagner — pesquisas nas ciências naturais, nas biológicas. E se esses estudos, essas pesquisas, essas abordagens, essas obras de arte enriqueceram, de modo notável, o conhecimento da condição humana surpreendida em expressões ou aspectos extra-europeus ou, para a Europa, exóticos, serviram de base, no caso do Brasil, a um autoconhecimento, a uma auto-análise, a uma auto-interpretação, a uma autobiografia em termos coletivos, à qual não se poderiam associar, senão paradoxalmente, um imperialista. Um imperialista a favorecer a emergência de uma nova nação. Isto sem que essa possibilidade estivesse, em termos nítidos, em previsões também nítidas de Nassau. De qualquer maneira, porém, em termos retrospectivos, ele se situaria entre os orientadores de uma futura nação: os organizadores de matéria humanística e científica básica para a emergência de um novo tipo de sociedade.

Se é certo o reparo do historiador indiano Panikkar — em livro idôneo que apresenta uma crítica sociológica dos imperialismos europeus nos trópicos e noutras áreas não-européias, numa perspectiva de não-européia — de não terem os holandeses se interessado pela cultura e pela educação em terras orientais, ao contrário — segundo ele — dos portugueses, que de tal modo se preocuparam com as almas — conforme o historiador indiano — dos indianos que os submeteram à Inquisição como se fossem europeus, Nassau, no Brasil, deu outro rumo à presença holandesa em trópico, notabilizando essa presença — na realidade uma presença nassauviana — por verdadeiros desvelos de caráter cultural. Rumo diferente, também, da atuação imperial britânica no Oriente, criticada tão duramente pelo inglês Guy Wint. Criticada como tendo sido de “indiferença” pela cultura: “This may a ground of complaint of the Eastern peoples who will say that no true friendship is possible in which there is not a two-way traffic”. A preocupação mercantil, comum, de modo geral, aos imperialismos europeus desde a sua emergência no século XVI — sem que se deixe de admitir exceções. Entre essas, a preocupação, junto à econômica, quer do imperialismo espanhol, quer do português, de caráter religioso ou Catolicizante ou humanístico no sentido reconhecido, aliás, pelo notável intelectual afro-negro, com alguma coisa de sociólogo, Leopold Senghor, em recente pronunciamento (1977) na Academia das Ciências de Lisboa. É como avulta, na história dos imperialismos europeus, a atuação de Nassau no Brasil: pela sua preocupação humanística, científica, cultural, por vezes em escandaloso contraste com a orientação da Companhia (holandesa) das Índias.

Em *Modern Colonization*,¹¹ o geógrafo inglês R. J. Harrison Church distingue das pelos geógrafos franceses denominadas *colonies de peuplement* — às quais corresponderia um imperialismo do mesmo tipo — as *colonies d'exploitation* ou *colonies d'encadrement*, às quais igualmente corresponderiam imperialismos desse outro tipo. Para o Professor Harrison Church o colonialismo do último tipo poderia ser classificado como econômico, a ele correspondendo uma forma de domínio imperial sobre gentes e terras dominadas que tanto poderia ter aspecto de dominação econômico-político como do feitiço consagrado pelo imperialismo britânico, no século XIX, para algumas de suas projeções, como de "indirect rule", um tanto dentro da orientação liberal do *laissez faire* e em contraste com o imperialismo quase absoluto seguido pelos britânicos com relação à Índia. Do imperialismo representado pelas companhias privadas do tipo da que teve, por algum tempo, o Conde João Maurício de Nassau como seu agente no Brasil, talvez se possa dizer ter sido, em seus aspectos ortodoxos, um misto de domínio direto e indireto, com o objetivo mercantil servindo-se dos dois métodos, conforme as circunstâncias. E indo — como sucedeu no Brasil — à utilização da força militar quer para se impor a populações a serem exploradas economicamente, quer para superar competições, através do mesmo recurso a força militar, sobretudo a naval, da parte de outros imperialismos. Em contraste com essa atitude, Nassau agiria no Brasil, como um antecipado àquelas em nossos dias tão triunfantes orientações científicas com relação à importância, para domínios nacionais sobre espaços estranhos, da adaptação de adventícios, a tais espaços, em vez do contrário: a tentativa de dominá-los violentamente. Surpreende como Nassau foi sensível à necessidade, como homem de governo europeu, de adaptar não só esse seu governo — a política desse seu governo — como o inteiro complexo do relacionamento de uma cultura norte-européia com um ambiente não-europeu, a um esforço de adaptação: inclusive de compreensão de diferenças. Antecipou-se assim na prática daquela política científica de adaptação de governantes às hoje chamadas "environmental conditions" a que, há anos — em 1950 — um mestre da Universidade de Londres, A. E. Moodie, deu início, numa como superação da teoria de geopolítica, por uma mais histórica e sociologicamente condicionada, "Geografia Política": a proclamada no seu tão sugestivo *Geography Behind Politics*.¹²

No Brasil, a presença imperial holandesa — a da Companhia das Índias, especifique-se — caracterizou-se por um empenho de domínio econômico — exploração econômica — direto, tendo a seu serviço força militar. O povoamento com norte-europeu foi mínimo em relação à população poten-

cialmente brasileira com a qual iria competir em quantidade. E a competição em termos de qualidade seria a de povoadores pouco motivados por ânimo patriótico, dentro do mercantil, e em face de prebrasileiros já motivados por mística patriótica dentro da mística religiosa Católica, ao mesmo tempo que por interesse econômico, dado que se consideravam perturbados, neste particular, pelo invasor agressivamente mercantil.

Sugerida como exata essa situação, a posição assumida pelo Conde João Maurício de Nassau no governo do Brasil holandês não correspondeu à de um agente de poder imperial de todo identificado com o objetivo predominantemente mercantil desse poder invasor e dominador. Sua posição foi, sob vários aspectos, tão singular que chegou a favorecer dominados contra o dominador. Chegou a implicar numa valorização tal dos dominados que foi ao extremo de reduzir os impostos a serem pagos ao dominador pela sua condição mesma de dominados: obrigações tão consagradas pela sistemática dos imperialismos europeus então dominantes como expressão daquela fase particularmente agressiva, ao mesmo tempo que expansiva, de economia burguesa-capitalista que, dois séculos depois, Karl Marx viria a genialmente classificar.

Um povoamento de norte-europeus em larga escala não era de esperar que ocorresse no Brasil holandês, dada a ecologia tropical da parte da América do Sul conquistada pela Companhia das Índias. O domínio teria que ser quase exclusivamente o caracterizado por estudiosos franceses dos vários tipos de colonialismo como de *exploitation*, embora não faltassem de todo presenças nórdicas de povoadores à ocupação imperialmente holandesa do Nordeste do Brasil. Um deles, Gaspar van der Lei, ficaria famoso pelo modo por que integrou-se entre os aparentemente dominados — inclusive pelo casamento com a bisneta de um Mello, desde o século XVI abasileirado: dos que voltariam a ser senhores da terra ocupada. Houve casamentos mistos: de norte-europeus com descendentes de portugueses. De Protestantes com Católicos. E opções pela integração no Brasil, da parte de alguns norte-europeus, depois de vencidos os invasores pelos luso-brasileiros. Mas não foi esse povoamento o bastante para marcar, neste particular, de modo significativo, o que os ecólogos sociais chamam sucessão: sucessão de um *stock* populacional ou racial ou cultural nativo ou quase nativo por outro, invasor e estranho ao meio ou adventício.

Ao Conde João Maurício de Nassau — à sua arguta e ágil inteligência — não deve ter passado sem registro o fato de ao Brasil conquistado pela

Companhia das Índias não faltar um começo de população — quer descendente de portugueses quer já mestiça — integrada numa situação física, num meio, numa ecologia nada semelhantes ao Norte da Europa. É possível que lhe tenha ocorrido pertencer o futuro brasileiro antes a esses já numerosos elementos integrados no trópico que aos próprios van der Lei de seu inteiro conhecimento que, entretanto, optariam pela integração no Brasil: uma integração através da união de nórdicos com mulheres do trópico brasileiro ou já integradas no trópico brasileiro, e da adoção da própria religião já ecologicamente brasileira encontrada pelos invasores entre os prebrasileiros por eles militar e economicamente dominados durante algum tempo e que era a Católica-Romana.

É possível que, se tivesse sido no Brasil simples povoador nórdico, Nassau houvesse se comportado como o seu amigo e colaborador no governo do Brasil holandês, o Capitão de Cavalaria Gaspar van der Lei, depois da vitória dos prebrasileiros sobre os invasores. Possível que nessa situação — que não foi a sua — tivesse se abasileirado. Isto se for considerado o fato de que o trópico-paisagem o conquistou esteticamente: expressivos os seus pronunciamentos e expressivas as suas atitudes a esse respeito. E ao encanto estético da paisagem é de supor que tenha se juntado, a seus olhos, o de mulheres morenas neste ou naquele grau de morenidade. Ou de pigmento escuro: morenas pela mistura de sangue já antiga, luso-árabe, ou recente: lusotropical. Quanto a vir a tolerar simpaticamente o Catolicismo, mesmo que não viesse a abraçá-lo — se tivesse sido outro Gaspar van der Lei — teologicamente, religião tão ligada ao Brasil pelo qual se apaixonara, essa tolerância teria provavelmente se verificado em termos estéticos. O que não teria sido insignificante. Mas sobre o assunto aqui apenas se especula.

Note-se que a tolerância, o respeito por diferenciações — inclusive no setor religioso — parece ter sido um característico de Nassau, quando no Brasil, tanto com relação a Católicos como com relação a Judeus. Durante seu governo do Brasil holandês, aos judeus de origem portuguesa vindos para o Brasil do seu reduto de Amsterdã, não faltou liberdade. Explica-se assim que tanto se identificassem com os dominadores holandeses. Um deles, Aboah da Fonseca, chegaria a escrever um poema considerado apolo-gético da presença holandesa — ou de Nassau? — no Brasil. Poema a que não falta este significado histórico: o de ter marcado, segundo estudiosos do assunto, o começo da literatura israelita no continente americano.

O domínio holandês no Brasil suscitou, na sua época ou logo após o seu tempo histórico, alguns estudos de prebrasileiros, em nenhum dos quais — quase todos apologéticos de restauradores do domínio português — a figura de Nassau chega a ser analisada ou interpretada de ponto de vista que representasse o futuro Brasil nacional. Apologético de Nassau é, da época, (1647) o livro em latim de Gaspari Barlaeus — ou Gaspar van Baerle (nome holandês do autor) — que o historiador brasileiro F. A. Varnhagen consideraria, como história dos oito anos do governo de Nassau à base da correspondência oficial do próprio Nassau, “para sempre um livro importante e digno de consultar-se”. Livro ilustrado com desenhos de Franz Post: artista tão associado ao aspecto cultural da presença de Nassau no Brasil.

Em sua *Biblioteca Exótico-Brasileira* (que viria a ser publicada no Rio de Janeiro em 1929, no governo Estácio Coimbra e por decisão desse ilustre homem público), o historiador Alfredo de Carvalho se refere à obra de Barlaeus sobre Nassau como obra de vulto, destacando também como livro de valor ligado ao nome de Nassau a excelente *História Natural* de Marcgraf e Piso, ao mesmo tempo que acentua ter “a invasão holandesa do Brasil Oriental” aumentado a bibliografia estrangeira sobre o Brasil de “centenares de livros e de panfletos”, alguns dos quais o próprio Alfredo de Carvalho traduziria ao português. Entre essas traduções, *Cartas Nassauvianas — Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil holandês, com os Estados Gerais* (1637-1646). Considerável a contribuição de Alfredo de Carvalho para a revelação e o conhecimento do que a presença holandesa no Brasil — especialmente durante o governo de Nassau — representou para a cultura brasileira, pela sua repercussão até no folclore. No setor mágico.

Bom que erudito de tão alto valor especializado no estudo de matéria tão importante para o Brasil como foi Alfredo de Carvalho tenha hoje um continuador noutro lúcido brasileiro de Pernambuco: o Professor J. A. Gonsalves de Mello. Oportuno seria que se reunissem, em livro, depoimentos ou testemunhos de brasileiros sobre Nassau: sobre o que o seu modo nada ortodoxamente imperialista, de representar entre nós, quando Governador do Brasil holandês, a Companhia das Índias, significou de positivo para a futura nação e para a cultura, ainda em formação, brasileira. Ao me referir à projeção do governo de Nassau no Brasil sobre o próprio folclore, lembro-me daquela iniciativa nassauviana, na época de tanta repercussão, de anunciar-se que, em praça do Recife, em dia festivo, o recifense poderia ver um

boi voar. O que realmente se verificaria, por engenhosos meios mecânicos e para grande deleite de um brasileiro que na sua vida, no seu trabalho, na sua mística, no seu folclore, tanto valorizava o boi. Viu-se o governo nassauviano indo ao encontro desse complexo popular. Confraternizando com um complexo popular. E deixando para sempre o nome do pela boca do povo chamado Flamengo, associado à mística popular brasileira da glorificação do boi: companheiro de trabalho da gente rural.

Com alguma retórica, o historiador brasileiro Oliveira Lima diria da ocupação holandesa do Brasil ter representado, através da Companhia das Índias, a impotência do "Balção" (símbolo de imperialismo mercantil) sobre a "Cruz":¹³ a crença Católica sobre a qual — acrescenta-se a Oliveira Lima ou torne-se explícito o que ele apenas insinua — emergiria entre os pre-brasileiros do Nordeste, um precoce sentimento de pátria; e este aguçado neles pela sua resistência de gente já constituída por três raças e estas em processo de fusão. Num rasgo de historiador desejoso de ser justo com a Holanda, o historiador máximo do Brasil — Oliveira Lima — admitiu que os "Estados Gerais", ante o domínio, no Nordeste brasileiro, da Companhia das Índias, "não tiveram tempo para substituir uma associação mercantil, odiosa na sua cobiça, pelo influxo persuasivo das novas teorias de governo de que eles se haviam feito os campeões na Europa, atascada num charco de absolutismo". Mas deixa de acentuar que os supostos propósitos dos Estados Gerais de, porventura retomando o poder imperial do "financeirismo" da Companhia das Índias — reorientar o domínio holandês sobre o Brasil num sentido verdadeiramente holandês, que incluiria até a fundação em Pernambuco de universidade e de imprensa, além de beneficiá-lo com liberdades de expressão econômica — foram antecipados por Nassau. Apenas recorda o historiador brasileiro, a favor de uma Holanda como que ideal, que na "volumosa bibliografia brasileiro-holandesa", dos dias do domínio do Brasil pela Companhia das Índias, "figuram muitos panfletos difamatórios" que teriam "desmascarado as artes dos *financeiros* holandeses". Precisamente os detentores quase absolutos do domínio holandês no Brasil com os quais Nassau se viu em luta desigual de Quixote quase sozinho contra Sanchos unidos num poderoso conluio.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 — De Nabuco lusófilo é inseparável Nabuco o apologista de Camões como poeta não só do amor como da Pátria e da Ação. Veja-se "O lugar de Camões na literatura",

conferência realizada na Universidade de Yale a 14 de maio de 1908, texto em língua portuguesa incluído em *Discursos e conferências*, traduzido por Arthur Bomilcar, Rio de Janeiro, s.d.

- 2 – LIMA, Oliveira. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Pref. de Gilberto Freyre. 2 ed. Recife, Secretaria da Educação e Cultura, 1975.
- 3 – *ibid.* p. 144
- 4 – *ibid.* Leiam-se, dessa obra já clássica, os capítulos IX, XI e XII, todos repletos de informes significativos sobre as relações de Nassau com o Brasil.
- 5 – SAMHABER, Ernst. Pernambuco 1658: lúcha con Holanda por el Brasil. In: — *Sulamerica, biografia de un continente*. Buenos Ayres, 1946. cap. VI.
- 6 – SAMHABER, op. cit. que à página 29 o destaca: "El conde Juan Maurfício de Nassau-Siegen no era un comerciante: era un gran señor. . ."
- 7 – HEARNS, F. C. J. *Sea power and Empire*. Londres, [s.ed.], 1940
- 8 – WILLIAMSON, J. A. *The Ocean in English History*. Oxford, 1941.
- 9 – PANIKKAR, K. M. *Asia and Western Dominance*. Londres, 1953.
- 10 – WINT, Guy. *The British in Asia*. Londres, 1947.
- 11 – CHURCH, R. J. Harrison. *Modern Colonization*. Londres, 1951
- 12 – MOODIE, A. E. *Geography Behind Politics*. Londres, 1958.
- 13 – Op. cit. nota 2 cap. XVI, especialmente pág. 183.